

**RESENHA DO LIVRO *MEGAEVENTOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO*, DE FÁBIO SILVEIRA MOLINA**

**Elenice Muniz Machado Coelho<sup>1</sup>**

Este trabalho foi concebido para atender solicitação feita pelo professor Enzo Bello da disciplina de Teoria Geral do Estado II. Fiquei surpresa e feliz com a escolha do livro *MEGAEVENTOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO* que tem como autor Fábio Silveira Molina. Surpresa, pois para mim, estudante de segundo período do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense, assuntos tão contemporâneos, como questões de intervenção do Espaço Urbano com o intuito de preparar a cidade para a realização de eventos de grande proporção e seus desdobramentos para além do direito, não teriam espaço dentro da grade do referido curso. Feliz porque pude participar, no início do semestre letivo, do Seminário Direito à cidade (Teoria e Prática): Cidadania, Território e Espaço Urbano que foi realizado nos dias 09 e 10 de maio de 2016 que teve como objetivo criar espaços para o diálogo sobre o Direito à Cidade, as práticas e discursos de cidadania no espaço urbano e as intervenções públicas e privadas nas estruturas das cidades. Eu participei, felizmente, do eixo IV que tratou, justamente, da reforma urbana e megaeventos esportivos.

O autor, FABIO SILVEIRA MOLINA, é doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, tendo realizado investigação doutoral na Universidade de Barcelona e na Universidade de Lisboa. É pesquisador e autor de publicações na temática dos megaeventos e cidades, nas áreas de geografia urbana e geografia do turismo. Ele desafia-nos nesta obra a ver os megaeventos – EXPOs, Jogos Olímpicos, Copas do mundo – para além da enganosa aparência de coisas efêmeras, explosões de grande magnitude, mas de curta duração que se esgotam nas poucas semanas que medeiam entre a abertura e o encerramento. Os megaeventos perduram na história para além de seu calendário, ficando inscritos no espaço como fatos urbanos. É esse o primeiro ensinamento deste livro. Depois, desmistificando outra ideia feita que também circula muitas vezes, mostra que os megaeventos não são epifenômenos de hoje, mas elementos vinculados à produção moderna do espaço urbano, que foram marcando

---

<sup>1</sup> Graduanda do 3º período do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense. Graduada pela UERJ - Letras - Português-Espanhol – 1996. Pós graduada pela UFF - Língua e Cultura Espanhola e Hispanoamericana - 1998. Pós graduada pela Universidade Cândido Mendes - Docência Superior - 1999

presença em diferentes fases de evolução da cidade. Tomando como objeto de estudo o Rio de Janeiro, o autor conduz nas páginas deste livro uma investigação profunda do papel dos megaeventos na modelação da paisagem e na organização socioespacial desta cidade, recobrando um largo arco temporal, que vai da Exposição Nacional de 1908 à preparação dos próximos Jogos Olímpicos, que se iniciarão daqui a 30 dias, dia 05 de agosto de 2016. De forma solidamente fundamentada, demonstra e analisa o modo como os megaeventos estiveram presentes ao longo deste período em sucessivas etapas.

A primeira edição do referido livro é de agosto de 2015. Produzido pela editora AnnaBlume, do Estado de São Paulo. Vendido ao preço de R\$ 53,80 com frete para Rio de Janeiro, já incluso. É composto por 170 páginas. Dividido em Prefácio, Introdução, 6 capítulos, considerações finais e referências bibliográficas.

**O Prefácio** foi escrito pela professora Doutora Rita de Cassia Ariza da Cruz, do Departamento de Geografia da universidade de São Paulo. Inicia explicitando que o livro é fruto de uma exaustiva pesquisa atrelada ao doutorado do referido autor. Em seguida, precisa conceitualmente sua base, que é em aportes bibliográficos europeus (não por opção, mas por encontrar-se na Europa uma significativa produção do tema). Delimita então o conceito de megaevento. Escolhe estudar a cidade do Rio de Janeiro, com destaque para processos espaciais urbanos como fragmentação e produção de áreas de centralidade. Para tanto faz uso de uma vasta bibliografia nacional e estrangeira, além de basear-se em fontes primárias garimpadas em bibliotecas e arquivos cariocas, principalmente. Com o rigor teórico, metodológico e conceitual, este livro nos ajuda a compreender o significado político e territorial dos megaeventos. Pois o Estado foi e continua sendo sujeito central na estruturação do espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro, com vistas à sua “adequação” aos usos trazidos por e pelos megaeventos. Em verdade, esses acontecimentos, produzidos para marcar a história dos lugares, fomentam em todos os casos, estratégicas intervenções espaciais que rentabilizam, no espaço da cidade, um capital especulativo imobiliário, permanentemente ávido por novas oportunidades de negócio.

**Na Introdução**, que inicia na página 09 e encerra-se na página 18, o autor conceitua megaeventos, como verdadeiros espetáculos cujas expressões concretas são materializadas no espaço interno das cidades e se configuram como estratégias urbanas adotadas pelo poder público aliado à iniciativa privada. Este fenômeno mais aparente, nas últimas décadas, especialmente no contexto do empreendedorismo urbano e na gestão das cidades sob a lógica empresarial não é recente. Pode envolver tanto a incorporação de novas áreas à cidade como a refuncionalização seletiva de áreas existentes no espaço intra-urbano, através de intervenções

urbanas de grande impacto na reestruturação da cidade acentuando processos de fragmentação e criando ou reforçando centralidades.

Um evento tem como principais atributos, a grosso modo, a atração e congregação de pessoas, o caráter intrínseco da efemeridade, a relação com o lazer e o tempo livre, e a seletividade espaço-temporal na sua realização. Pode ser representado por exposições, feiras, festivais, espetáculos, congressos, encontros de caráter científico, cultural, comercial, social e/ou político, competições esportivas, etc.

Na visão de Seixas, transcrito pelo autor, megaeventos se traduzem em “eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam *status* simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativos. Como exemplo, o autor cita as EXPOs ou Exposições Universais, Copas do Mundo, Jogos Olímpicos e, em menor grau, Capitais da Cultura, Torneios de Tênis ou grandes Regatas.

Um megaevento, só é considerado como tal se produzir transformações urbanas (construções) no local onde se realiza, logo é considerado como ocasião para a realização de grandes obras na cidade, de forma a enriquecê-la ou mesmo tornar esses novos equipamentos urbanos úteis à coletividade, algo que nem sempre corresponde à realidade. Refere-se também à larga escala de abrangência, com expressividade internacional, duração e visibilidade proporcionadas pela cobertura midiática. Proporciona a atração de pessoas e capitais, na forma de investimentos que se revertem em construções de edificado, obras de infraestrutura, disponibilização ou conquista de novos terrenos e por vezes, ressignificando áreas inteiras para o megaevento e, ao mesmo tempo, prevendo a utilização futura, dado o seu caráter essencialmente efêmero.

**No capítulo 1, que tem por título Megaeventos enquanto estratégias urbanas e a estruturação das cidades, o autor, no subtítulo Estrutura urbana e fragmentação espacial,** apresenta o conceito de estrutura urbana, que é passível de redefinições, ou reestruturações. Diferentes momentos revelam diferentes formas de organização do solo da cidade. Da estrutura urbana representada basicamente por um centro único e periferia esparsa, passa-se a profusão de diferentes áreas com expressão de centralidade. Daí o chamado empreendedorismo urbano, no qual as cidades de modo fenomênico, se transformam em sujeitos sociais, as cidades passam a constituir espaços privilegiados da produção mercantil do espaço, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro. Em processo contraditório de valorização e desvalorização de parcelas do espaço, vende-se parte da cidade, e se abandona o resto.

Uma premissa importante do livro refere-se ao papel que os megaeventos possuem na reestruturação urbana e das cidades, ressignificando os usos e impactando nos processos de fragmentação espacial e centralidade urbana.

No subtítulo **A lógica das Exposições Universais e dos Megaeventos Esportivos internacionais**, o autor inicia fazendo um panorama histórico destes eventos desde a segunda metade do século XIX, explicitando que estes permitiam que cada nação participante demonstrasse aos olhos de um grande público, as suas principais vicissitudes, como ideias de civilização, desenvolvimento, progresso e modernidade. As contradições inerentes às relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento estavam também presentes nas Exposições Universais. Elas estimularam também interesses privados, uma vez que atraíam grande número de empresários e técnicos de diversos países a participar do então maior e principal meio publicitário da indústria.

As EXPOs dos dias atuais não possuem a expressão das Exposições Universais da segunda metade do século XIX e início do XX, em parte porque as indústrias não necessitam mais para darem a conhecer seus produtos mais avançados. O caráter das exposições repousa sobre seu poder de induzir transformações espaciais nas cidades-sede e seu conteúdo está mais pautado na divulgação do patrimônio humano e ambiental dos países participantes, ou seja, na promoção implícita da atividade turística.

Os megaeventos esportivos internacionais, da segunda metade do século XX configuraram-se como importantes elementos indutores de profundas transformações urbanas nas cidades que sediam. Estes implicam no uso e na produção de lugares relacionados ao turismo e ao entretenimento (como hotéis, restaurantes, museus, casas noturnas) e impulsionam novas atividades comerciais.

Verifica-se também uma distribuição desigual dos investimentos e ganhos obtidos com os megaeventos. Os ganhos concentram-se nas mãos de uma elite já estabelecida, especialmente políticos e empresários, direcionando os investimentos, em sua maioria públicos, à produção das condições urbanas para sediar o megaevento e, ao mesmo tempo negligenciando os investimentos públicos que deveriam ser direcionados para o bem estar social. Os impactos ambientais e os custos iniciais previstos dos mega-projetos são subestimados, ao mesmo tempo, que a estimativas de ganho, em função dos mesmos, são superestimados pelos agentes hegemônicos que os produzem.

Efeitos indesejáveis podem também ser identificados nas cidades-sede de megaeventos esportivos internacionais, como a sub-utilização das infra-estruturas esportivas, diversos casos de desapropriações e altos prejuízos financeiros.

O capítulo 2, que tem por título **As Grandes Exposições no início do século XX**, trata das duas grandes exposições no Rio de Janeiro, em princípios passado: a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922. Eles ocorreram concomitantemente ao processo de europeização do espaço urbano carioca, através de mega-projetos urbanos, cuja intencionalidade era a de se criar a “Paris dos Trópicos”, moderna, em oposição à cidade colonial. Pereira Passos buscou transformar a cidade através de um discurso sanitarista, deu início a uma série de obras de grande impacto no espaço urbano da então capital do Brasil. Neste trabalho, o autor entende a modernidade como aquilo que diz respeito aos “processos e situações sociais que incorporem ou mostrem tendência a introduzir algo de novo, indicando certa ruptura com o que a precede.

Pereira Passos construiu, ainda no fim do Século XIX a Estrada de Ferro do Corcovado, considerada a primeira estrada de ferro brasileira para fins turísticos. No início do século XX inicia-se um período marcado por um processo de modernização atrelado a um movimento de europeização do espaço urbano carioca, visando o embelezamento da cidade, o aprimoramento do sistema viário e a expansão urbana. Intervenções conhecidas como “Bota-abaixo”, que foram demolições de grande parte da área central (desapropriação de inúmeros prédios e arrasamento de cortiços), construções de jardins, alargamento de ruas e construções de avenidas no centro e na orla. Atuou na reestruturação do sistema viário construindo túneis e otimizando os meios de transporte. Com o fim do estigma de “cidade pestilenta”, e com a inauguração do novo porto do Rio de Janeiro, a cidade recebeu, em 1907, o navio a vapor Byron, repleto de turistas estrangeiros.

Além dos relativos ganhos sociais, os moradores da cidade do Rio de Janeiro sofreram com a expropriação da população pobre habitante dos cortiços nas áreas centrais, liquidando-se o “feio”, de modo a garantir-se o “belo” nos moldes europeus.

É no contexto de “Paris dos Trópicos” e da almejada modernidade que é organizada a **Exposição Nacional de 1908**. Concebida em comemoração ao centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas. O intuito era de mostrar ao país e ao mundo uma cidade moderna, agora sem os resquícios de cidade colonial. Recebeu mais de um milhão de visitantes, número bem expressivo, tendo em visto que a população nacional era de 22 milhões.

Em 1922, objetivando celebrar as comemorações do centenário da independência do país, inicia-se a **Exposição Internacional**. Para tanto foi realizada o desmonte do Morro do Castelo. A população de baixa renda presente na área do centro e portuária foi inicialmente expulsa com a reforma Pereira Passos, sendo novamente submetida ao mesmo processo na gestão Carlos Sampaio, nas obras para esta exposição. A esses habitantes restou ocupar o subúrbio, longe do mercado de trabalho e mal servido de infraestrutura de transporte, numa situação oposta à presenciada na zona Sul da cidade, dotada de infraestrutura, transporte de bondes e ocupadas por classes mais abastadas.

Houve incentivo às construções hoteleiras. Ao todo 13 países participaram da exposição. Ao todo, o recinto da exposição contava com 80 construções. Neste mesmo momento, realizou-se a Semana de Arte Moderna, em São Paulo.

Em suma, a Exposição Internacional de 1922 conformou-se como um significativo pretexto e justificativa às intervenções em plena área central do rio de Janeiro, sobretudo a conquista de terrenos em decorrência do desmonte do Morro do Castelo.

O Capítulo 3, que tem por título – **A Copa do Mundo de 1950 e suas repercussões espaciais**, inicia-se contextualizando o conceito de subúrbio desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro, após as reformas já trabalhadas anteriormente. A população pobre e oriunda das áreas centrais e portuária, desloca-se para os subúrbios da periferia da cidade, assim como nas favelas dentro da cidade e nos morros ao redor.

É demarcada a entrada do Brasil no mapa mundial dos megaeventos esportivos internacionais, em um momento particularmente importante de afirmação da identidade nacional brasileira através do futebol. Com a construção do Maracanã, maior estádio de futebol do mundo, à época, e de outros estádios no eixo Rio e São Paulo.

Se nas exposições de 1908 e 1922 pretendeu-se mostrar a modernidade, em 1950 objetivava-se fazer o mesmo, tendo o futebol como mais um produto de exportação.

A preocupação com a chegada dos estrangeiros por via marítima proporcionou a reforma do porto. Esperava-se que os maiores transatlânticos do mundo aportassem aqui, fato que não aconteceu.

Pequena foi a preocupação brasileira com a divulgação nacional e internacional da Copa. Fato que trouxe como consequência poucos turistas, público basicamente de cariocas e alguns brasileiros de outros estados. Além da má divulgação, a ineficácia dos transportes, congestionamento das vias de acesso do Estádio nos dias de jogos, a corrupção na venda de

ingressos e a constante ação de cambistas. De maneira geral, o evento foi tido como um sucesso pois permitiu a construção do maior estádio do mundo. A postura dos torcedores e a organização geral do evento também recebeu elogios.

O Capítulo 4 tem por título **Rio 92- Um Megaevento na aurora dos princípios neoliberais no país**. Inicia-se explicitando que não houve nenhum megaevento no país em 4 décadas, por conta em parte do regime militar que foi instaurado e perdurou até 1984. É nesse momento de retomada da democracia que a cidade do Rio de Janeiro, sedia a outro megaevento: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento (Rio-92), quando o Rio passa a ser assimilado a uma ideologia de competitividade internacional entre cidades. Este evento teve a questão ambiental como eixo central das discussões, pautadas na busca de consensos acerca da relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Delegações oficiais de 178 países reuniram-se no Riocentro, para a cúpula mundial sobre o Meio Ambiente, enquanto no Aterro do Flamengo ocorria o Fórum Global com representantes dos movimentos sociais, líderes religiosos e ONGs entre outros.

Realizou-se em clima de “paz”, com os tanques do exército apontados para as favelas cariocas. A Rio-92 foi concluída em uma cidade “organizada, limpa e segura” instituindo uma espécie de simulacro espacial na cidade durante o período da conferência.

O Capítulo 5 tem por título **Empreendedorismo urbano e megaeventos esportivos internacionais no início do século XXI**. Inicia-se tratando do Planejamento Estratégico da cidade do Rio de Janeiro para inserção no “mercado mundial das cidades”. Contando até com consultoria catalã, que preparou o da cidade de Barcelona, que foi sede dos Jogos Olímpicos de 1992. Produzindo modelo de urbanismo adotado em diversas cidades do mundo, no qual as construções decorrentes dos jogos envolvem, entre outros, um projeto maior relativo à expansão territorial da cidade e às transformações da morfologia urbana.

Em termos gerais, “os planos estratégicos elaborados para a cidade do Rio de Janeiro se expressam, em parte, nas transformações sócio-espaciais presentes na conformação de um novo ordenamento territorial com vistas ao reforço de centralidades antigas, à criação de novas centralidades e à produção de espaços voltados ao consumo elitizado, em direção ao turismo.

O primeiro plano estratégico, na então gestão Cesar Maia, se apresentou mais ágil que o plano diretor e propôs intervenções em determinadas parcelas da metrópole, em projetos como o Favela Bairro, Linha Amarela, Rio-Cidade, Teleporto, entre outros, materializando-se em infraestruturas e serviços básicos financiados, em parte, pelo setor privado.

O segundo, reproduziu a mesma concepção de cidade proposta pelo primeiro e contou com diversos projetos, como o Orla Rio, de 2005, cujo intuito foi o de remodelar os quiosques em oito praias da Zona Sul. Neste momento, há um elemento novo a orientar o planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro: sua candidatura aos Jogos Pan-americanos de 2007. Assim esse plano mobiliza parcerias com o setor privado com vistas à implementação de um conjunto de obras necessárias à possível realização desse megaevento.

O Plano Estratégico da prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012) chamado “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo”. Lançado pela Prefeitura na gestão Eduardo Paes, situa-se no contexto dos megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil: o Rio de Janeiro é também uma das 12 cidades sede da Copa do mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A visão de futuro é o lema central deste plano.

Dividindo-se em 4 eixos: **Social** – diminuição das desigualdades sociais. **Econômica** – ser a capital com o menor índice de desocupação e a maior renda média do trabalhador. **Ambiental** – tornar o Rio em referência de sustentabilidade e preservação ambiental. **Política** – voltar a ser centro político e cultural do país.

O item 5.1, que tem por título: **Os jogos Pan-Americanos de 2007**, inicia com a candidatura da cidade em 1998, e sua posterior escolha em 24 de agosto de 2002. O plano foi elaborado pela Prefeitura e pelo COI (Comitê Olímpico Internacional, uma organização não governamental).

O megaevento teve início em 13 de julho de 2007 e ocorreu durante 17 dias, 5.662 atletas de 42 países de todo o continente americano. No que diz respeito à mobilidade na cidade, apesar de deficiente não foi plenamente comprometida (salvo pontualmente em áreas de contorno de estádios e locais de prova), e a presença de policiamento nas ruas deu um ar de segurança durante o evento sem registros de incidentes relevantes envolvendo os participantes dos jogos e do público.

Durante os preparativos para os jogos houve um significativo descompasso no cronograma de execução e entrega das obras; além disso, a imprensa noticiou o superfaturamento de diversos equipamentos (principalmente o Estádio Olímpico João Havelange e a Vila Pan-Americana), e a ocorrência de desapropriações envolvendo a população de baixa renda situadas em áreas de construção de alguns equipamentos (especificamente na Barra da Tijuca e em Deodoro), alterações da legislação urbana e ambiental, em função das novas construções, assim como o não cumprimento de diversas obras previstas no projeto

inicial. A região da Barra, além de concentrar a maioria das instalações esportivas, abrigou a vila Pan-Americana, mais uma estratégia do poder público, dirigida à uma área ocupada em grande parte por população de média e alta renda, e em cumplicidade com a iniciativa privada, para dinamizar o mercado imobiliário. A cidade em termos de infraestruturas urbanas teve um pequeno legado decorrente dos jogos.

O item 5.2, tem como título **Produzindo a “Cidade Olímpica”**: os Jogos Olímpicos de 2016. Nesta parte o autor trata da mudança no comando da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, de Cesar Maia que terminou em 31 de dezembro de 2008 e Eduardo Paes teve seu início em 01 de janeiro de 2009. Logo quando a candidatura do Rio de Janeiro foi comunicada em outubro de 2009, a Prefeitura tinha como gestor Eduardo Paes.

O plano elaborado para receber os Jogos Olímpicos de 2016 pouco difere do anteriormente concebido para os jogos pan-americanos de 2007. A imagem de Cidade Maravilhosa ressurgiu nesse contexto de fabricação de consensos, aliada também à questão da segurança, uma vez que a violência urbana na cidade, adquiriu em tempos pretéritos, visibilidade internacional. A “militarização do espaço” recebe, nesse contexto, o nome de “pacificação”: instalam-se nas favelas cariocas, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

As ações da Prefeitura se intensificam nas políticas urbanas voltadas à região central e à zona portuária, cuja expressão maior é representada pelo projeto de revitalização desta zona da cidade, intitulado “Porto Maravilha”, que pretende dinamizar o mercado imobiliário, desenvolver o turismo, comércio e entretenimento, através da recuperação do patrimônio histórico e cultural existente e a implantação de novos equipamentos.

Outra medida de destaque relacionada aos Jogos Olímpicos 2016, refere-se à mobilidade urbana na cidade, na qual se verificam alguns projetos como a reforma dos dois terminais do aeroporto internacional Tom Jobim, ampliação do terminal de passageiros no porto do Rio de Janeiro, e construção de 3 novos píeres de atracação, melhorias no serviço de ônibus e na rede ferroviária do subúrbio, e a extensão da linha do Metrô, desde a Zona Sul à Barra da Tijuca, onde se encontra, em construção, a estação Jardim Oceânico ao corredor de ônibus Transoeste. Para a dinamização do fluxo de pessoas, durante a realização desse megaevento, três mega-projetos viários encontram-se em fase de execução na cidade. São as chamadas Transcarioca, Transolímpica e Transoeste.

Além da ampliação e adequação dos equipamentos esportivos existentes na Barra da Tijuca, outro destaque na produção da Cidade Olímpica, é a construção da Vila de Mídia e a

Vila Olímpica, em terrenos da construtora Carvalho Hosken, proprietária a anos que em muito se beneficia dos investimentos na área e na valorização do solo urbano.

A lógica empresarial está, marcadamente presente, na administração da cidade do Rio de Janeiro e na preparação dos Jogos olímpicos 2016.

O último capítulo, tem por título o nome do livro **Os Megaeventos na produção do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro**. Neste capítulo é realizada uma síntese da relação dos megaeventos realizados no Rio de Janeiro e seu lugar na produção do espaço urbano carioca ao longo do século XX, e início do século XXI, identificando, primeiramente, a lógica das localizações intra-urbanas dos megaeventos, as intervenções urbanas e modernizações sucessivas expressas através de novos conteúdos materiais e imateriais na cidade, indutores do processo de fragmentação urbana. Em seguida, a análise está pautada no papel dos megaeventos em suas relações com os diferentes momentos da estruturação da cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista suas repercussões no uso do solo e no reforço da centralidade urbana.

Em seguida o autor faz uma retrospectiva das espacializações dos megaeventos desde a exposição de 1908 até os Jogos Olímpicos de 2016. Na Exposição Nacional de 1908 foi utilizado um grande terreno no bairro da Urca, pouco ocupado e fundamentalmente de uso militar, que abrigou a **Exposição Nacional de 1908**, e integrou este bairro à estrutura urbana carioca, num contexto inerente à valorização do solo à beira-mar, produzido e voltado para às classes sociais de maior poder aquisitivo, ao passo que nas zonas norte e oeste, suburbanas e habitadas majoritariamente por população de baixa renda, “a urbanização crítica”.

Na área central do Rio de Janeiro, um segundo momento de profundas intervenções urbanas são realizadas por Carlos Sampaio, com o dispêndio de elevados gastos públicos e tendo-se, como pretexto, a preparação de um recinto (através do desmonte do Morro do Castelo) destinado a abrigar outro megaevento na cidade: **A Exposição Internacional de 1922**. Este megaevento refuncionalizou formas pretéritas assim como produziu novas, em sua grande maioria, efêmeras, denotando a existência de um projeto com vistas a uso futuro.

Mais tarde, no contexto de uma Europa em crise e praticamente em ruínas, com o término da segunda guerra mundial, o Brasil ingressa no mapa mundial dos megaeventos esportivos internacionais ao sediar a **Copa do Mundo de 1950** que, apesar de ter sido também em outras cidades brasileiras, teve como o epicentro a Capital Federal. Através da construção do maior estádio do mundo, à época, o **Maracanã**, e de obras de modernização e ampliação do porto do Rio de Janeiro, com a construção do Píer Mauá.

No início da década de 1990, a projeção internacional do Rio de Janeiro vem sendo almejada num contexto marcado pela competitividade internacional. Esforços não foram poupados para produção de uma nova e positiva imagem da cidade do Rio de Janeiro para a **Rio-92**.

Os **Jogos Pan-Americanos** de 2007 tiveram desdobramentos espaciais significativos na cidade do Rio de Janeiro através da introdução de infraestruturas urbe da construção de equipamentos esportivos. Na Barra da Tijuca, com a construção da Vila Pan-Americana e em Deodoro impulsionou a valorização dos terrenos nas imediações, em uma área de expansão elitizada do Rio de Janeiro, de grande dinamismo no mercado imobiliário.

Para os **Jogos olímpicos de 2016**, o destaque se dá para a construção do Parque Olímpico, da Vila de Mídia e da Vila Olímpica, sendo, estas últimas, dois empreendimentos considerados de alto padrão, construídos para ser, futuramente comercializados como condomínios residenciais pela construtora Carvalho Hosken.

Por último, no que diz respeito à mobilidade urbana, três mega-projetos encontram-se em curso na cidade, conhecidos como Transcarioca, Transolímpica e Transoeste.

Estes empreendimentos são anunciados como ações visando o benefício da população residente através de melhorias no tráfego e na circulação diária de pessoas na cidade, mas suscitam questionamentos da sociedade civil por envolver considerável número de desapropriações, especialmente de população de baixa renda, que se encontram no traçado destas vias. Em projetos de circulação, assiste-se a expropriação e disponibilização de lotes destinados à construção em geral (especialmente relacionados às atividades de alta intensidade de capital, como Shopping Centers e hipermercados) configurando mudança no uso do solo para atividades mais modernas e lucrativas.

Nas **Considerações Finais**, o autor retoma historicamente o processo social da adequação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XX com a “Paris dos Trópicos” até a “Cidade Olímpica” nos dias atuais, com vistas a preparação para os megaeventos.

Os megaeventos imprimiram, desta forma, suas marcas aos diferentes momentos de estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro, através da introdução de novos conteúdos materiais e imateriais em áreas que, em momento posterior à sua realização tiveram redefinições nos usos do solo, contribuindo assim, para o reforço de centralidades formadas historicamente, como no projeto do **Porto Maravilha**, ainda em curso, no momento de escrita do livro e já entregue nos dias atuais.

No Rio de Janeiro, a relação entre megaeventos e processo de produção do espaço urbano revelou intencionalidades **hegemônicas e homogeneizantes** específicas em cada momento analisado, visivelmente manifestadas em diferentes formas criadas para atender a finalidade específica do **espetáculo**, sendo parte delas chamadas, em momento posterior, a cumprir novas funções.

Utilizando como pretexto a **expansão urbana, a consolidação e reforço de centralidade a dinamização de fluxos e articulação dos lugares** os megaeventos induziram redefinições dos usos do solo e seu arranjo no espaço interno da cidade, impactando-os diretamente e se mostrando relevantes na configuração do Rio de Janeiro, em diferentes momentos de sua estrutura urbana.